

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS NO MUNICÍPIO DE ULIANÓPOLIS-PA

ULIANÓPOLIS/PA

2024

I. INTRODUÇÃO

Baseado no inciso XX do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, considera-se Estudo Técnico Preliminar o “documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação”. Segundo o guia de boas práticas em contratação de soluções de tecnologia da informação do TCU, “a elaboração dos estudos técnicos preliminares constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação (planejamento preliminar)” (BRASIL, 2012, p.39, COSTA; BRAGA; ANDRIOLI, 2017 in).

Os estudos técnicos preliminares servem para “a) assegurar a viabilidade técnica da contratação, bem como o tratamento de seu impacto ambiental; b) embasar o termo de referência ou o projeto básico, que somente é elaborado se a contratação for considerada viável, bem como o plano de trabalho, no caso de serviços” (BRASIL, 2012, p. 39, in COSTA; BRAGA; ANDRIOLI, 2017).

Apresenta-se no referido documento, os estudos que nortearam e embasaram a necessidade para o atendimento da demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas fornecendo as informações necessárias para subsidiar a melhor solução.

II. BASE LEGAL

O ETP foi expressamente conceituado pela Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) e atualmente é regulamentado pela IN nº 58/2022/SEGES.

III. OBJETO DE CONTRATAÇÃO.

O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objeto a contratação de empresa especializada para **CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, NO MUNICÍPIO DE ULIANÓPOLIS/PA**, com fornecimento de peças, serviços, equipamentos, materiais e mão-de-obra.

IV. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020.



A proposta de **CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, NO MUNICÍPIO DE ULIANÓPOLIS/PA**, possui como objetivo principal para sua construção, refletir a importância cultural e espiritual da comunidade. O monumento deve ser um ponto de referência para os fiéis e um símbolo duradouro de fé, história e tradição.

A devoção ao Sagrado Coração de Jesus tem origem na Bíblia. O coração é uma das maneiras encontradas para falar do infinito amor de Deus pelos homens. Para celebrar este grande amor, os fiéis são convidados a renovar a devoção a Jesus, manifestado culturalmente na vivência em família, na comunidade e no serviço aos mais necessitados. Conscientes de que o aspecto religioso e cultural de uma cidade é o reflexo de suas práticas a comunidade do Sagrado Coração remonta a história de criação da cidade de Ulianópolis, ainda na década de 70, quando a então Vila Gurupizinho pertencia ao município de Paragominas. O papel inicial dessas práticas coube as pioneiras Ana Bergamin Uliana e Pierina Polese Zavarize, que durante mais de 20 anos de muita fé e devoção, se doaram para a realização desses hábitos culturais e religiosos, bem como para a construção da primeira igreja católica em homenagem ao Sagrado Coração de Jesus. Em meados de 1980 a comunidade local realizou a primeira festividade do padroeiro da cidade, reunindo famílias, celebrando missas, procissões, cantorias e festas que se tornaram tradicionais e populares. Os festejos culturais ao Sagrado Coração de Jesus que acontecem no mês de junho, são essencialmente de caráter comunitário, com doação de bens e trabalho social. A mais de 40 anos a comunidade se reúne para prestar suas homenagens ao Padroeiro do município, reunindo milhares de fiéis e a população em geral no decorrer das atividades. Atualmente a programação cultural dos Festejos do Sagrado Coração envolvem Missas, Novenas, Arraial, Leilões, Shows Musicais e até Teatro. A importância de registrar a história de fé desta comunidade garante a permanência de seus traços e costumes religiosos e culturais bem como permite o acesso às novas gerações, garantindo o conhecimento e despertando o sentimento de pertencimento. A criação de um monumento do Sagrado Coração de Jesus desempenha um papel crucial na preservação e fortalecimento da história de fé de uma comunidade. Este ato simbólico transcende as barreiras da humanidade, servindo como um elo entre o divino e o cotidiano, e assegura a continuidade dos traços e costumes religiosos e culturais que moldam a identidade coletiva. O monumento se torna um ponto de referência espiritual e cultural, onde as gerações presentes e futuras podem encontrar



inspiração e renovação de fé, mantendo vivas as tradições que definem a essência e a coesão da comunidade.

A construção deste monumento sagrado é uma iniciativa de grande importância para a comunidade. A seleção cuidadosa de uma empresa experiente e qualificada garantirá que o monumento não só atenda às expectativas de design e funcionalidade, mas também se torne um legado duradouro de fé e devoção.

A necessidade de contratação se justifica para atender aos padrões necessários de construção de um monumento que proporcione a valorização da identidade religiosa local, bem como a valorização turística e econômica.

O monumento será construído em uma área de 12,72m² e possui uma base em estrutura predominantemente em concreto armado, no topo da base, será executada a estátua de Sagrado Coração de Jesus com 3 metros de altura em Estrutura Metálica e recobrimento em Fibra de Vidro Sintética e acabamento em Gel Resinado e Pintura de Acabamento Final. Painel em chapa de aço fina a quente pintado na cor bronze na parte posterior da imagem do Sagrado Coração de Jesus. A execução receberá aporte oriundo de recursos próprios.

V. ÁREA REQUISITANTE

A unidade requisitante da proposta, objeto deste ETP, é a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo do Município de Ulianópolis/PA.

VI. NORMATIVOS NORTEADORES A SEREM UTILIZADOS NA CONTRATAÇÃO

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- c) Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- d) Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- e) Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de

Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;

- f) Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

VII. QUANTO À CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso II da IN40/2020.

- a) **Natureza do Objeto:** A caracterização deste objeto como **obra Comum de Engenharia**, conforme o inciso XII do caput do art. 6º da Lei 14133/2021 (NLL), pois tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, com preservação das características originais dos bens.

Aplicando uma analogia com as definições de serviço comum de engenharia e de serviço especial de engenharia, é possível concluir o entendimento de que obra comum de engenharia é aquela na qual (i) a mão de obra, os equipamentos e os materiais utilizados são padronizáveis e (ii) amplamente disponíveis no mercado, (iii) os métodos construtivos têm responsabilidade técnica assumida por arquiteto, engenheiro ou técnico com registro no conselho profissional (que atenda aos requisitos previsto no edital), bem como (iv) os objetos contratados são de conhecimento geral e possuem muitas características técnicas de fácil descrição e compreensão, inclusive por parte do executor da obra, o operário da construção civil.

Assim, as obras comuns de engenharia seriam aquelas (i) com baixo grau de complexidade técnica, (ii) executadas corriqueiramente pela administração, (iii) que contam com especificações e métodos usuais no mercado, e para as quais (iv) existem diversas empresas aptas a se habilitarem no certame, razão pela qual foram consideradas, na Lei nº 14.133/2021, em conjunto com os serviços comuns de engenharia, conforme define a NOTA TÉCNICA IBR 001/2021 – IBRAOP (Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas).

Conforme preconiza a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º da Lei 14133/2021, o objeto está caracterizado como **OBRA COMUM DE ENGENHARIA**, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente

definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, adotando-se a modalidade de licitação **CONCORRÊNCIA** e regime de execução **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, de modo que o desconto máximo admitido por Lei seja aplicado em todos os itens da planilha orçamentária. Além disso, a Licitante deverá garantir a exequibilidade dos preços propostos, conforme determina a cláusula editalícias. O **CRITÉRIO DE JULGAMENTO** será o de **MENOR PREÇO** ou o de **MAIOR DESCONTO**, conduzindo a uma contratação economicamente mais vantajosa para a Administração.

Nos termos do disposto no art. 46, §§ 2º e 3º, c/c o art. 6º, inciso XXV, da referida Lei nº 14.133/2021, sendo obra comum ou especial, o projeto básico será sempre obrigatório e deverá conter o dimensionamento da obra.

- b) **Cumprimento das normas e regulamentações:** O objeto a ser contratado deverá atender a todas as normas regedoras da engenharia civil e afins, tais como códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos locais. A Contratada deve garantir que os serviços prestados estejam em conformidade com as normas técnicas, legislação vigente e regulamentos aplicáveis.
- c) **Proposta financeira competitiva:** Apresentar uma proposta financeira competitiva, considerando custo-benefício e qualidade dos serviços oferecidos.
- d) **Qualificação técnica:** Para comprovação de sua qualificação técnica, a Empresa deverá apresentar:
- A Empresa a ser contratada deverá possuir competência em obras afins ao objeto pleiteado comprovadamente por Atestados de Capacidade Técnica registrado no órgão competente;
 - A Empresa licitante deverá estar adequadamente registrada no Conselho Regional de Engenharia (CREA). Em situação oportuna, deverá apresentar a comprovação de regularidade com órgão supradito;
 - A Equipe Técnica carecerá pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, de modo que corrobore seu vínculo por intermédio de contrato social/ estatuto social, Carteira de Trabalho e Previdência Social, contrato escrito firmado com o licitante, ou com



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ULIANÓPOLIS
CNPJ: 83.334.672/0001-60



declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

- Os profissionais participantes da Equipe Técnica deverão ser os mesmos que assinarão as ARTs de execução de obras /serviços.
- A Contratada deverá atender as quantidades mínimas exigidas na nota técnica, em anexo ao processo licitatório.
- Cumprir fielmente as exigências da Administração Municipal, naquilo que não contrariar o aqui previsto;
- Responder pelos danos causados diretamente à Administração Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;
- Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da Administração Municipal quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do contrato;
- Efetuar os fornecimentos, objeto da Autorização/ Requisição/ Fornecimento, de acordo com as necessidades da(s) Unidade(s) Requisitante(s), após o recebimento de requisições expedidas pelo Setor competente;
- Comunicar ao Setor competente por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na ocasião da contratação.

VIII. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: *Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso V da IN 40/2020, como também o art. 48 do Decreto Municipal nº 014/2023).*

Os quantitativos dos serviços correlacionado ao Objeto a ser pleiteado foram obtidos através dos Projetos, item anexo a planilha orçamentária em conjunto a

memória de cálculo, os quais consideraram as diretrizes técnicas fundamentadas na ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). O levantamento foi criteriosamente detalhado em planilha, revisado, de forma a não haver inconformidades entre as quantidades levantadas e reais a serem executadas.

IX. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: *Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).*

A situação não se aplica à contratação em questão, devido à natureza do objeto, uma vez que existe a obrigatoriedade do uso das tabelas de referências de valores, **SINAPI** e **SEOP**, para obras públicas, obrigatoriedade em 2013, através do decreto N° 7.983 de 08 de abril de 2013. Existem diversas empresas de engenharia no mercado nacional para realização de obras e serviços com base em preço unitário, possibilitando uma ampla concorrência e vantagens à administração pública, garantindo transparência e legalidade para a contratação solicitada.

Assim, foram elaborados pela equipe técnica responsável, documentos como planilha orçamentária e memória de cálculo, discriminando os valores unitários estimados de todos os materiais e serviços que serão aplicados na contratação da referida proposta.

X. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: *Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso V da IN 40/2020, como também o art. 48 do Decreto Municipal nº 014/2023).*

O ETP que subsidia o Projeto Básico considerou Preços referenciais do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) e Secretária de Obras Pública (SEOP), que supre a pesquisa de preços de mercado, conforme Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013 e publicação “Orientações para elaboração de orçamentos de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União – TCU”, além de Composições Próprias realizadas pelo setor de Engenharia do município, baseados na planilha **SINAPI** – Janeiro/2024 e **SEOP** fevereiro/2024 (Desonerado), com **BDI de**

Serviços 29,77% e BDI de Equipamento 16,32%, utilizada como parâmetro para Construção de Rodovias e ferrovias, com o objetivo de definir faixas aceitáveis para valores de taxas de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), específicos para cada tipo de obra pública e para aquisição de materiais e equipamentos relevantes, bem como efetuar o exame detalhado da adequabilidade dos percentuais para as referidas taxas adotados pelo TCU (Acórdãos ns.325/2007 e 2.369/2011), ambos do Plenário, com utilização de critérios contábeis e estatísticos e controle da representatividade das amostras selecionadas. Para essa tipologia de obra, considerou-se a preponderância dos serviços correlatos a: **CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS**, que conforme o enquadramento do TCU se enquadra em Obras para Construção de Rodovias e ferrovias.

O valor estimado para contratação, conforme Projeto Básico foi de **R\$216.100,46** (duzentos e dezesseis mil, cem reais e quarenta e seis centavos), com aporte de recursos próprios. A planilha orçamentária segue em anexo ao processo licitatório.

XI. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

***Fundamentação:** Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020)*

A contratação de Empresa de Engenharia para **CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, NO MUNICÍPIO DE ULIANÓPOLIS/PA**, encontra-se delimitada neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) a partir dos seguintes requisitos:

- a) Definição do local dos serviços: Av. Presidente Vargas, 750 - Centro, ULIANOPÓLIS/PA, em frente à Igreja do Sagrado Coração de Jesus, no canteiro frontal, do lado direito (vista pela Av. Presidente Vargas);
- b) Definição dos serviços a serem executados: Após levantamentos verificou-se que os serviços a serem contratados, *em suma*, serão:

i. Serviços Preliminares

- Placa de obra em lona com plotagem gráfica

- Limpeza mecanizada de camada vegetal
- Instalação de tapume
- Locação da obra a trena

ii. Infraestrutura, superestrutura e paredes

- Lastro de concreto magro com seixo
- Concreto armado FCK= 30Mpa, sobre lastro de concreto magro, impermeabilizados com emulsão asfáltica

iii. Superestrutura – Monumento

- Aluguel e montagem de andaime metálico
- Cimbramento de madeira p/ altura de até 3,00m

iv. Base de Apoio

- Formas para concreto em chapa de madeira compensada resinada e=15mm (REAP 1x)
- Concreto armado FCK=30MPA c/ forma madeira branca (incl. lançamento e adensamento)

v. Elementos decorativos

- Fornecimento e instalação de painel decorativo em chapa de aço carbono, incluindo içamento
- Fabricação, execução e montagem de estatua de Sagrado Coração de Jesus em estrutura metálica e recobrimento em fibra de vidro sintética e acabamento em gel resinado e pintura de acabamento final
- Instalação de estatua de Sagrado Coração de Jesus em estrutura metálica, incluindo içamento
- Transporte de estatua do Sagrado Coração de Jesus em estrutura metálica de Santa Maria do Pará para Ulianópolis/PA.

vi. Instalações elétricas

- Ponto de luz / força (c/tubul., cx. e fiação) até 200W
- Fornecimento e instalação de refletor de LED RGB 100 W com caixa de concreto, fechado com grade de ferro e cadeado
- Luminária alumínio perfil LED, uso externo, ip-67 + fita led 10W/m, luz amarela, com fonte - fornecimento e instalação
- Fornecimento e instalação de refletor de LED 100 W, luz amarela, à prova d'água, embutido no piso.

- Fornecimento e instalação de luminária spot LED balizador para piso, luz amarela 5W, à prova d'água, embutido no piso.

vii. Pintura

- Fundo selador acrílico, aplicação manual em parede, uma demão. AF_04/2023
- Pintura látex acrílica premium, aplicação manual em paredes, duas demãos. AF_04/2023
- Preparo do piso cimentado para pintura - lixamento e limpeza. AF_05/2021
- Pintura de piso com tinta acrílica, aplicação manual, 3 demãos, incluso fundo preparador. AF_05/2021
- Pintura com tinta alquídica de fundo (tipo zarcão) pulverizada sobre superfícies metálicas (exceto perfil) executado em obra (por demão). AF_01/2020_PE
- Pintura com tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético acetinado) pulverizada sobre superfícies metálicas (exceto perfil) executado em obra (02 demãos). AF_01/2020_PE

viii. Paisagismo

- Plantio de muda de penicilina - fornecimento e instalação
- Limitador de grama - fornecimento e instalação

ix. Serviços Finais

- Limpeza geral e entrega da obra
- c) A definição da metodologia executiva é adotada, obrigatoriamente, de acordo com as normas técnicas vigentes. Para cada serviço, existe uma metodologia especial. Portanto, essas definições estarão pormenorizadas no Projeto Básico elaborado pela equipe técnica.
- d) Sobre a definição do prazo da obra estima-se que o prazo de execução seja de 90 dias, ou seja, 03 meses podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 90 da Lei Federal nº 14.133/21.
- e) Definição das unidades de medida para quantificação dos serviços e delimitação dos preços unitários deverá estar explicitados na planilha orçamentária, cujos quantitativos foram obtidos por meio de levantamento de dados com vistas às necessidades da obra a serem executadas.

XII. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Fundamentação: *Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020).*

O parcelamento da solução refere-se à licitação realizada por item, sempre que o objeto for divisível, não haja prejuízo da solução, permita ampla participação de licitantes. A solução deve ser parcelada quando a resposta a todas as perguntas a seguir for positiva: - É tecnicamente viável dividir a solução? - É economicamente viável dividir a solução? - Não há perda de escala ao dividir a solução? - Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?

Em observância aos questionamentos quanto ao parcelamento ou não do processo licitatório, por item, tem-se que é **mais viável o não parcelamento da licitação**, uma vez que se trata de obra de engenharia, cujo objeto é uma única estrutura, portanto, é mais satisfatório na perspectiva da eficiência técnica, por manter a qualidade do investimento, haja vista que o gerenciamento permanece o tempo todo a cargo de um mesmo administrador, oferecendo um maior nível de controle pela Administração na execução das obras e serviços, assim como o cumprimento de cronograma e observância de prazos com a concentração da responsabilidade da adequação e garantia dos resultados.

Evidencia-se que em obras com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediário e final de entrega da obra. Pelas razões expostas, recomenda-se que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto licitado.

XIII. RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: *Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)*

A contratação proposta nesta Licitação tem como objetivo construir um monumento de cunho religioso que proporcione a valorização da identidade religiosa, urbanística e paisagística local. Busca-se proporcionar estado de satisfação e admiração ao usuário, através da contemplação de elementos urbanísticos e paisagísticos.

XIV. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTE

Fundamentação: *Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).*

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda, pois, a adjudicação do objeto será feita a uma única empresa vencedora, uma vez que as licitantes deverão apresentar atestados de capacidade técnica para a execução do objeto a ser contratado.

XV. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Fundamentação: *Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual (Inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)*

A Área Requisitante tomará as seguintes providências logo após a assinatura do contrato:

- Definir e Indicar servidores devidamente capacitados para exercer a fiscalização;
- Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.

a) Da fiscalização e acompanhamento do(s) contrato(s)

- Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
- Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- Manter sob sua guarda, cópias dos processos de contratação;
- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
- Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
- Solicitar, quando necessário, auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do Município, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

XVI. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Impactos ambientais são alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no local. Por outro lado, os impactos positivos acontecem quando as intervenções resultam em melhorias ao meio ambiente e a comunidade.

A contratação visa gerar impactos ambientais positivos, em virtude de prever a responsabilidade ambiental da futura contratada, que todo o material e equipamento a serem fornecidos deverão considerar a composição, características ou componentes sustentáveis.

A contratada deverá, ainda, respeitar as normas brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos.

XVII. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

Diante das informações levantadas para elaboração deste Estudo Preliminar Técnico – ETP, obedecendo aos parâmetros a seguir:

- Que a necessidade da contratação é clara e adequadamente justificada;

- Que há disponibilidade orçamentária para a contratação no exercício corrente e perspectiva de provimento de recursos ao longo dos demais exercícios, caso a contratação possa se estender;
- Que todos os requisitos relevantes da contratação foram adequadamente levantados e analisados, inclusive o tempo de execução;
- Que as quantidades de itens a contratar estão coerentes com as demandas previstas;
- Que a análise de mercado foi adequadamente realizada e demonstrou haver capacidade do mercado em atender à necessidade de negócio;
- Que a escolha do tipo de solução a contratar está devidamente justificada;
- Que as estimativas preliminares dos preços dos itens a contratar foram feitas e documentadas adequadamente e as despesas fixas após a implantação da solução são consideradas aceitáveis;
- Que há justificativas para o não parcelamento da solução;
- Que os resultados pretendidos com a contratação foram devidamente expostos, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos;
- Que os impactos esperados com a reforma, ampliação e operação da solução foram identificados e as providências para adequar o ambiente do órgão foram planejadas e são consideradas viáveis, inclusive aquelas relativas ao impacto ambiental da solução e à disponibilidade de pessoal qualificado disponível para gerir o contrato;
- Que os riscos relevantes foram adequadamente levantados e devidamente mitigados;
- Que a relação custo-benefício da contratação é considerada favorável;
- Que há evidências de que a área requisitante se comprometeu com o planejamento preliminar da solução (elaboração dos estudos técnicos preliminares) e há expectativa de que apoiará a elaboração do termo de referência ou do projeto básico e apoiará o esforço de gestão do contrato (mediante participação no recebimento dos produtos e serviços entregues, na perspectiva do negócio).



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ULIANÓPOLIS
CNPJ: 83.334.672/0001-60



Declaro para os devidos fins, que se constatou a viabilidade econômico-socio-ambiental, referente à **CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS NO MUNICÍPIO DE ULIANÓPOLIS**, no estado do Pará.

Ulianópolis - PA, 25 de setembro de 2024.

Maruza Baptista
Arquiteta
CAU - A 28510-2

MARUZA NORONHA BAPTISTA AMORAS

Responsável pela elaboração do ETP
ARQUITETA E URBANISTA
CAU – A 28510-2

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar - ETP.

KELLY CRISTINA DESTRO

Prefeita Municipal de Ulianópolis/PA